

# A JUNTA DA INSTITUIÇÃO VACCINICA DA CORTE DO RIO DE JANEIRO: O COMBATE À VARÍOLA NO BRASIL DURANTE O PERÍODO JOANINO

FILLIPE DOS SANTOS PORTUGAL \*



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ARMAÇÃO DE BÚZIOS - ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RIO DE JANEIRO - BRASIL

## RESUMO

O estudo examina o processo de vacinação antivariólica no Brasil, no período joanino de 1808 a 1820. Esse período foi crucial para a institucionalização da prática no país a partir da criação em 1811 da Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro, instituição que atuou majoritariamente na vacinação da população escravizada do Brasil. As principais fontes para este estudo foram o jornal Gazeta do Rio de Janeiro, no qual observamos a publicação de dados mensais sobre a vacinação do Rio de Janeiro e os documentos da própria Junta, onde é possível observar os registros de vacinados, métodos de conservação, relatos sobre a mortandade causada pela varíola, entre outros. Percebemos que a instituição foi profícua em manter e aumentar os números de vacinados na corte no período, sendo decisiva para manutenção e difusão desta prática médica no Brasil.

**Palavras-chave:** vacina; varíola; escravidão.

## ABSTRACT

The study examines the process of smallpox vaccination in Brazil, in the Johannine period from 1808 to 1820. This period was crucial for the institutionalization of the practice in the country following the creation in 1811 of the Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro, an institution that He acted mainly in vaccinating the enslaved population of Brazil. The main sources for this study were the newspaper Gazeta do Rio de Janeiro, in which we observed the publication of monthly data on vaccination in Rio de Janeiro and the documents of the Junta itself, where it is possible to observe the records of vaccinated people, conservation methods, reports on the deaths caused by smallpox, among others. We realized that the institution was successful in maintaining and increasing the number of people vaccinated at the court during the period, being decisive in maintaining and disseminating this medical practice in Brazil.

**Keywords:** vaccine; smallpox; slavery.

## RESUMEN

El estudio examina el proceso de vacunación contra la viruela en Brasil, en el período juánico de 1808 a 1820. Este período fue crucial para la institucionalización de la práctica en el país tras la creación en 1811 de la Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro, institución que actuó principalmente en la vacunación de la población esclavizada de Brasil. Las principales fuentes para este estudio fueron el periódico Gazeta do Rio de Janeiro, en el que observamos la publicación de datos mensuales sobre vacunación en Río de Janeiro y los documentos de la propia Junta, donde es posible observar los registros de personas vacunadas, métodos de conservación, informes sobre las muertes causadas por la viruela, entre otros. Nos dimos cuenta de que la institución logró mantener y aumentar el número de personas vacunadas en el tribunal durante el período, siendo decisiva para el mantenimiento y difusión de esta práctica médica en Brasil.

**Palabras clave:** vacuna; viruela; esclavitud.

\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde - COC/Fiocruz. Email: [fillipe\\_portugal@hotmail.com](mailto:fillipe_portugal@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

Este artigo busca examinar a trajetória da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, instituição criada em 1811, responsável por disseminar a vacina antivariólica na corte de Rio de Janeiro. Em um primeiro momento buscamos contextualizar a criação desta instituição e como foi sua atuação durante o período joanino. Nesse período, a instituição se consolidou como um serviço regular de saúde prestado a população do Rio de Janeiro, principalmente entre os escravizados, fossem esses recém-chegados ou os já residentes na cidade.

Cabe ressaltar, que a vacina antivariólica acabou por participar da dinâmica da própria escravidão, de modo que os escravizados vacinados eram mais caros devido à proteção que a vacina lhes conferia. A vacina era aplicada de forma gratuita e a instituição era mantida pelo Estado. A produção historiográfica sobre a vacinação contra a varíola é bastante ampla tanto no contexto nacional quanto internacional e abordam uma variedade de questões políticas, sociais e culturais. A maior parte dessas análises se concentra na segunda metade do século XIX e no início do século XX, poucos estudos exploram a implementação da vacina no Brasil, mesmo sendo um marco significativo na prática médica e nas ações de saúde pública do país.

Nosso trabalho se concentra na história social da saúde. Nesta perspectiva, com a evolução da abordagem historiográfica, os estudos sobre doenças, antes considerados apenas sob a ótica biológica, passaram a reconhecer que os conceitos e significados de saúde e doença estão intimamente relacionados ao contexto social de cada época. Dessa forma, os historiadores buscam compreender doenças e práticas curativas não apenas como fatores patológicos, mas como fenômenos sociais, cujos significados são moldados pelas práticas sociais, científicas, políticas, econômicas e culturais de cada sociedade<sup>1</sup>.

É crucial destacar que, ao examinar doenças e interpretá-las além da perspectiva médico-científica e dentro de contextos e épocas específicos, a história da saúde desempenha um papel importante na orientação das políticas de saúde pública contemporâneas. A maneira como uma doença é percebida e compreendida afeta diretamente a alocação de recursos e

---

<sup>1</sup>ALMEIDA, Ana Beatriz de Sá. “Doenças E Trabalho: Um Olhar sobre a construção da especialidade da Medicina do trabalho”. In \_\_\_\_\_, NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (orgs). *Uma História Brasileira das Doenças*. vol. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. pp.179-276.

esforços destinados ao seu combate, influenciando assim as estratégias e políticas de saúde pública atuais, sendo as vacinas uma das maneiras mais eficazes de se combater diversas doenças, tendo a própria varíola sido erradicada devido à esta prática no século XX<sup>2</sup>.

## NOTAS SOBRE A VACINA E SUA INTRODUÇÃO NO BRASIL

Atualmente, a varíola é reconhecida como uma infecção viral contagiosa causada pelo vírus *Poxvirus variolae*, que faz parte do grupo de vírus conhecido como varíola-vacínia. A doença se caracteriza pelo aparecimento de múltiplas erupções de vesículas pustulosas, que podem resultar em cicatrizes permanentes, cegueira e até mesmo a morte. Por não depender de vetores intermediários para sua transmissão, a varíola espalhou-se rapidamente, tornando-se uma das doenças mais letais na história da humanidade. Embora hoje seja considerada inócua devido à erradicação da doença, a varíola deixou marcas profundas tanto físicas quanto sociais ao longo dos séculos, afetando todos os continentes.<sup>3</sup>

O dito popular alemão “da varíola e do amor são poucos que conseguem escapar” ilustra a dificuldade de evitar a varíola na Europa da Idade Moderna, onde a doença era tão prevalente que poucos passavam pela vida sem contraí-la. Aqueles que não eram acometidos viviam com o temor constante de adquiri-la. Os que sobreviviam a doença frequentemente carregavam marcas permanentes, como cegueira e cicatrizes, principalmente no rosto. Essa realidade é refletida na obra de vários médicos europeus da época, que consideravam a descrição da varíola desnecessária, tamanha era a sua frequência<sup>4</sup>. Por exemplo, no início do século XIX, o médico inglês John Simon, ao discursar na Royal Commission on Vaccination, afirmou que a varíola era tão comum na Inglaterra que a maioria das pessoas esperava contraí-la eventualmente, e praticamente todos acabavam ficando doentes. Da mesma forma, o médico

---

<sup>2</sup>GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. *Uma Contribuição à História do Combate a Varíola no Brasil: Do Controle à Erradicação*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006. p.7

<sup>3</sup>MARTINS, Roberto de Andrade. *Contágio. História da Prevenção das Doenças Transmissíveis*. São Paulo: Editora Moderna, 1997. p.125.

<sup>4</sup> Provérbio alemão do séc.XVIII: “Von Pockenund Liebbeleibennur Wenige frei” *Apud*. PEREIRA, Sóstenes. *Contágio: Uma Visão Histórica e Biológica das Epidemias*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2007, p.95.

Isaac Judaeus (1719), desenvolveu uma teoria para explicar por que quase ninguém escapava da varíola e por que a doença afetava principalmente as crianças<sup>5</sup>.

No Brasil, a varíola foi a doença mais mortal durante os primeiros séculos de colonização, introduzida com a chegada de portugueses e africanos. Segundo Ronaldo Vainfas, o primeiro registro da doença ocorreu na Bahia em 1561, quando um navio trouxe pessoas infectadas. Dois anos depois, uma grande epidemia eclodiu em Salvador, espalhando-se rapidamente para o norte e o sul do país e resultando na morte de aproximadamente 30 mil pessoas. A partir desse ponto, a varíola passou a ser uma ocorrência frequente em praticamente todas as capitanias da colônia<sup>6</sup>. Em Pernambuco, registraram-se 15 epidemias de varíola em dois séculos. Já em São Paulo, o século XVIII foi marcado por 17 epidemias de varíola.<sup>7</sup>

Os grupos mais afetados pelas epidemias de varíola foram os indígenas e os escravizados. Apesar de os indígenas brasileiros manterem hábitos saudáveis, como uma alimentação adequada e a prática regular de atividades físicas, que promoviam boa saúde, eles, assim como os indígenas da América Espanhola, tinham baixa resistência às doenças trazidas pelos europeus<sup>8</sup>. Isso resultou na morte de muitos indígenas, o que, segundo Moacyr Scliar, facilitou a consolidação dos portugueses na região, de modo que:

Epidemias eram comuns e vitimavam, sobretudo os indígenas, cujo organismo era suscetível as doenças dos europeus. Morriam até mesmo de gripe. Não raro os colonizadores se aproveitavam dessa suscetibilidade. Colocavam nas trilhas roupas de variolosos. Os índios vestiam-nas, contraíam a doença e morriam como moscas. Varíola ou “Bexigas” tornou-se uma enfermidade comum e epidêmica.<sup>9</sup>

Quanto aos africanos escravizados, sua saúde era debilitada ao longo da viagem para

<sup>5</sup> Na matéria “Small-Pox Before Jenner” são apresentadas diversas referências de médicos europeus do século XVIII e XIX que atestaram o quanto a varíola era uma doença corriqueira na Europa que de tão difundida muitos médicos tratavam sua descrição como desnecessária. Small-Pox Before Jenner. *The British Medical Journal*, v.1, n.1847, may 23, 1896, p.1261-1264.

<sup>6</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial 1500 a 1808*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000, p. 77-78.

<sup>7</sup> CAMARGO, Luís Soares de. As “bexigas” e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. *Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.28, 2007, p.1-11.

<sup>8</sup> Na região Amazônica, a varíola, apelidada de “Peste Branca” nos séculos XVII e XVIII, causou grandes vazios demográficos devido às suas devastadoras consequências entre os indígenas. As mortes massivas provocadas pela varíola foram um dos principais fatores que impulsionaram a introdução do tráfico de escravos na Amazônia. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v.11, n. 4, suppl.0, dez. 2008, p.819-824.

<sup>9</sup> SCLIAR, Moacyr (orgs). *A saúde Pública no Rio de Dom João. Textos Manoel Vieira da Silva e Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2008, p.14.

o Brasil. Os navios negreiros possuíam condições insalubres, e os escravizados eram amontoados em grande número, sem condições de higiene. Com isso, diversas doenças se proliferavam causando grande mortalidade e por essa razão estes navios eram conhecidos como *tumbeiros*. As condições, mesmo após chegarem ao Brasil, como alimentação e vestimentas, muitas vezes ainda eram precárias, o que facilitava a proliferação de diversas doenças, como a própria varíola<sup>10</sup>.

A varíola gerava mortes cercadas de grande horror e repulsa, devido aos sintomas severos da doença. Os pacientes sofriam com febres muito altas e, ao mesmo tempo, desenvolviam pústulas e lesões no rosto, nas mãos e nos pés. Essas feridas, além de terem uma aparência desagradável, também exalavam um cheiro forte, levando a doença a ser chamada de "bexiga". Muitas vezes, a "bexiga" era precedida por crises de pleurite, disenteria e gripes fatais<sup>11</sup>.

Quanto o combate a varíola, segundo Tania Fernandes a constatação da transmissibilidade e da proteção que são características desta doença, impulsionou a disseminação de diversas técnicas que buscavam evitar sua forma mais grave a partir da introdução no homem sadio, do vírus variólico contido na secreção retirada da pústula de pessoas doentes<sup>12</sup>. Essas práticas receberam o nome de inoculação ou "variolização"<sup>13</sup>.

A inoculação ocorreu, embora sem grande difusão, em diversas partes do mundo e, apesar da utilidade, a prática trazia o risco de provocar nas pessoas inoculadas, diferentes manifestações da moléstia, chegando muitas vezes a ocorrer a forma mais grave da varíola, que

<sup>10</sup>PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: Doenças, instituições e práticas terapêuticas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n.4, 2006, p. 1019-1027.

<sup>11</sup> VAINFAS, 2000, p.78-79.

<sup>12</sup> Segundo Sidney Chalhoub(1996), estas práticas estavam presentes nas mais antigas tradições da medicina popular, em diversas partes do mundo, sendo aplicada tanto de forma natural como ritualística, ou até mesmo ambas ao mesmo tempo. Na China, por exemplo, era preparado um pó utilizando cascas secas das feridas de varíola. Estas eram amassadas e misturadas com a planta *Uvularia Grandiflora*. Em dias específicos, o pó era soprado na narina de crianças sadias, através de um canudo de prata. Nos meninos o pó era soprado na narina direita e nas meninas à esquerda. Após alguns dias essas crianças desenvolviam uma forma branda de varíola, recuperavam-se e ficavam depois protegidas contra a doença (MONTEIRO,2005). Na Índia a inoculação ficava a cargo dos sacerdotes (brâmanes) itinerantes. Todo ano, estes recolhiam o líquido que aparecia nas pústulas das pessoas atacadas pela varíola, impregnando com esse pus pequenos pedaços de algodão que eram aplicados de forma ritualística, sendo molhados na água sagrada do rio Ganges (MARTINS,1997).

<sup>13</sup> FERNANDES, Tania Maria. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920*. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2010.

levava o indivíduo até mesmo à morte. Devido a este fator, a “variolização” ao longo do tempo foi objeto de grandes controvérsias quanto à sua segurança e eficácia, pois acreditava-se que sua prática em meio a uma epidemia, poderia agravá-la seriamente<sup>14</sup>.

Em 1798, o inglês Edward Jenner descobriu a vacina antivariólica, daí se tornou comum chamá-la de vacina jenneriana. A vacina antivariólica era retirada de uma doença que acometia os gados bovinos chamada *cow-pox*. Jenner obteve a vacina pela observação que as pessoas que trabalhavam com o gado e contraíam o *cow-pox*, não adquiriam a varíola. Em contrapartida, não se tinha referenciais teóricos para explicar como ocorria o processo imunizante. Como o *cow-pox* não era uma doença muito comum no gado, acabava-se a utilizar o método de vacinação *braço a braço*, retirando-se o fluído vacínico de uma pessoa já vacinada e aplicando direto no braço de outro indivíduo. Nessa conjuntura, diversas dúvidas foram suscitadas quanto a eficácia da vacina e a possibilidade de transmissão de outras doenças através de sua utilização<sup>15</sup>

Contudo, a vacina jenneariana rapidamente lograria grande êxito pelo fato da “variolização” conter maiores riscos de contágio, na medida em que as pessoas que adquiriam a varíola de vaca não adquiriam a varíola humana como no processo de inoculação. Jenner sabia que a doença das vacas, embora produzisse feridas nas pessoas, não era tão grave quanto à varíola e nunca era letal<sup>16</sup>. Em estudos anteriores destacamos que surgiram notícias em diversos periódicos europeus atestando o funcionamento do método, principalmente, a partir do aumento populacional que teria ocorrido em diversas cidades do mundo atrelados a prática de vacinação<sup>17</sup>.

A introdução da vacina no Brasil teve início já nos primeiros anos do século XIX e esteve relacionada à atuação do governo português que adotou uma política pró-vacinação que visava introduzir e difundir a vacina não só na metrópole, mas em todas suas colônias, ainda

---

<sup>14</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. CHALHOUB, 1996, p.104.

<sup>15</sup> FERNANDES, 2010, p.31-32.

<sup>16</sup> CHALHOUB, 1996, p.107.

<sup>17</sup> PORTUGAL, Fillipe dos Santos. *A Institucionalização da Vacina Antivariólica no Império Luso-Brasileiro nas primeiras décadas do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) -Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

nos primeiros anos da década de 1810. O exemplo mais proeminente disso se encontra em meio a exemplares de matérias sobre a vacina que foram enviados ao Marquês de Aguiar, Fernando José de Portugal e Castro (1752-1817), vice-rei do Brasil, para que ele distribuísse e promovesse a vacinação, de maneira a educar e persuadir aqueles que ainda não acreditavam em seus benefícios<sup>18</sup>.

A introdução e manutenção da vacina enfrentavam desafios significativos, pois além de exigir a boa conservação do vírus, era necessário garantir a inoculação de pessoas para manter a vacina ativa. Vários exemplos ilustram essas dificuldades; por exemplo, a vacina introduzida no Rio de Janeiro, em 1805, havia se extinguido ainda no mesmo ano. Essa situação foi evidenciada quando o governador da capitania do Espírito Santo, durante uma grave epidemia de bexiga, solicitou a vacina ao Vice-rei e recebeu a resposta de que isso não seria possível, pois a vacina havia se "extinguido" na capital<sup>19</sup>.

Embora a vacinação enfrentasse desafios para se espalhar na capitania do Rio de Janeiro, na Bahia o serviço já parecia estar mais estruturado. Segundo a *Gazeta do Rio de Janeiro*, os dados sobre a vacinação em território baiano indicavam que entre dezembro de 1804 e dezembro de 1808, foram vacinados: 2.510 pessoas em 1805, 1.416 pessoas em 1806, 954 pessoas em 1807 e 1.035 pessoas em 1808<sup>20</sup>. Comentando os dados, o redator do periódico afirmou que a Bahia seria um exemplo a ser seguido, de modo que a vacina estaria sendo utilizada por todos os “povos civilizados” e “milhares de vidas e empregos úteis seriam salvos”<sup>21</sup>.

## A CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DA JUNTA DA INSTITUIÇÃO VACCINICA DA CORTE

A implementação da vacinação no Brasil, ainda em processo de consolidação, sofreu uma guinada por um dos eventos mais significativos da história do Reino: a invasão francesa de Portugal e a subsequente fuga da Família Real para o Brasil. Como mencionado

<sup>18</sup>PORTUGAL, 2018.

<sup>19</sup>*Correspondência do Vice-rei com o governador do Espírito Santo*. Registro da correspondência do vice-reinado com diversas autoridades. Códice 70, vol. 22. Secretaria de Estado do Brasil. Código do Fundo: 86. AN.

<sup>20</sup>[Redator]. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.50, 4 de março de 1809, p.4.

<sup>21</sup>*Idem. Ibidem.*

anteriormente, na cidade do Rio de Janeiro, que era um dos locais mais estratégicos para a vacinação, a vacina chegou a desaparecer no mesmo ano em que foi introduzida. Esse episódio não parece ter sido um caso isolado, pois a interrupção voltou a ocorrer quando a Corte joanina chegou ao Rio de Janeiro e não encontrou o pus vacínico para poder disseminar a vacinação. Na ocasião foi requisitado o pus vacínico da Bahia, de modo que:

Aportando sua Alteza Real ao Rio de Janeiro achou extinta a vacina, e em seu lugar apenas uma matéria que não produzia os efeitos desejados. E tocado seu terno coração de tamanha desordem, sabendo que havia bom pus na Bahia, dali o mandou ultimamente vir, e organizou com despeza da Real Fazenda o útil estabelecimento desta prática<sup>22</sup>.

Além das questões relacionadas à vacinação, a chegada da Família Real ao Brasil provocou uma série de transformações significativas que são cruciais para compreendermos o contexto em que os serviços de vacinação foram implementados e a prática foi institucionalizada no Rio de Janeiro. Neste período, a cidade do Rio de Janeiro passou por diversas reformas estruturais, muitas das quais foram administradas pela Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil. Esta Intendência, liderada por Paulo Fernandes Viana(1757-1821), que ocupou o cargo praticamente durante todo o tempo em que o Príncipe-Regente D. João(1767-1826) esteve no Brasil, era responsável por uma ampla gama de funções como a limpeza urbana, a segurança e a saúde pública, a punição dos "vadios", a implementação de prisões em capitânicas mais afastadas e o controle tanto da circulação de pessoas quanto da distribuição de impressos na cidade<sup>23</sup>.

Durante esse período, a abordagem para os problemas de saúde e doenças na cidade passou por mudanças significativas. Em 1809, foi criado o cargo de Provedor-mor da Saúde da Corte e do Estado do Brasil, deslocando a responsabilidade que anteriormente era das Câmaras Municipais. A nova provedoria tinha a tarefa de inspecionar e avaliar matadouros e açougues públicos para melhorar as condições sanitárias da cidade, embora a Polícia da Corte ainda

<sup>22</sup>[Redator]. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Appendix, n. 80, 5 de outubro de 1811. (s/p)

<sup>23</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima. "As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império Luso-brasileiro". In JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p.707-752.

estivesse envolvida nessas questões. Essas e outras reformas, estavam ligadas ao processo de modernização e civilização que o Brasil do período passava, um outro exemplo importante foi a criação, ainda em 1808, de duas instituições de ensino superior voltadas para a medicina no Brasil: a Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Essas instituições foram os principais centros de formação médica oficial no país ao longo de quase todo este século<sup>24</sup>.

Como o Rio de Janeiro era uma cidade costeira com portos abertos ao comércio exterior, foram implementadas diversas medidas para intensificar a fiscalização dos portos e evitar a entrada de doenças endêmicas e epidêmicas que poderiam ser trazidas pelos navios que chegavam à cidade. Essas doenças se somariam aos problemas de saúde já existentes na cidade. Médicos como Manoel Vieira da Silva, que atuava como Provedor-mor da Saúde da Corte e dos Estados do Brasil, eram responsáveis por supervisionar as embarcações que chegavam ao porto e atribuíam as diversas doenças que afetavam o Rio de Janeiro a fatores topográficos e climáticos. Isso incluía a localização de cemitérios, a condição dos matadouros, a ausência de lazaretos e outros fatores relacionados à infraestrutura urbana.<sup>25</sup>

Esta conjuntura demonstra a importância atribuída ao controle das epidemias. A varíola, sendo uma doença extremamente letal e frequentemente presente no Rio de Janeiro, tornou-se uma prioridade para combate. Naquele contexto, controlar a varíola na cidade era fundamental, especialmente para proteger os membros da Corte de uma enfermidade que causava grande temor. Na época, a doença era vista como altamente mortal e repugnante, e a vacinação era considerada a principal estratégia para enfrentá-la <sup>26</sup>.

O próprio Príncipe-Regente D. João sempre foi um grande defensor da vacinação, provavelmente motivado pelas tragédias pessoais que enfrentou, incluindo a morte de dois irmãos, um filho e um genro devido à varíola. Em Portugal, ele mandou traduzir as obras de Jenner e promoveu a vacinação na realeza, imunizando seus dois filhos, D. Pedro e D. Miguel,

---

<sup>24</sup> FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In PORTO, Ângela; SANGIARD, Gisele; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; COSTA, Renato Gama-Rosa (orgs.). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p.31-57.

<sup>25</sup>FONSECA, 2008, p.38.

<sup>26</sup>FERNANDES, 2010, p. 44.

para servir de exemplo à população. A varíola ainda afetou a Família Real quando a infanta Carlota Joaquina contraiu a doença. No entanto, após ser vacinada, ela conseguiu superar a doença, fato que era utilizado publicamente para demonstrar a eficácia da vacina <sup>27</sup>.

Em 1809, o Príncipe-Regente D. João ordenou que o cirurgião da Casa Real, Theodoro Ferreira de Aguiar (1769-1827), realizasse experimentos com a inoculação de “crustas vacínicas” nos “expostos” da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. No entanto, em resposta ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, João Rodrigues Sottomayor (1755-1809), (Visconde de Anadia), o cirurgião relatou ter encontrado uma série de doentes com diversas enfermidades, incluindo a varíola, o que o levou a decidir não proceder com a operação. Em uma carta ao Visconde de Anadia, Aguiar expressou sua preocupação com as condições dos expostos, descrevendo-os como “vítimas da barbaridade” encontradas em ruas e locais imundos. Ele solicitou a criação de um estabelecimento que pudesse fornecer assistência médica contínua aos expostos, semelhante ao que era praticado em Lisboa e outras cidades civilizadas.”<sup>28</sup>.

Com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, a vacinação foi novamente incentivada e a "matéria" foi trazida da Bahia. A partir de então, a vacinação passou a ser realizada na Casa dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, sob a supervisão do cirurgião Theodoro Ferreira de Aguiar. Entre janeiro de 1809 e maio de 1811, foram vacinadas 829 pessoas, incluindo 143 brancos, 75 pardos, 3 índios e 628 negros<sup>29</sup>. Entre os vacinados estavam escravos da Fazenda de Santa Cruz, da Quinta da Boa Vista e de alguns regimentos do exército<sup>30</sup>.

Esses números denotam que o serviço de vacinação pública estava baixo se comparados a outros anos, ou mesmo a outras capitânicas, como a Bahia. Esse insucesso na vacinação, combinado com o fato de que na Europa já existiam instituições dedicadas à

<sup>27</sup>Avisos e portarias do governo do Brasil para várias autoridades de Portugal. Negócios de Portugal. Códice 251, vol. 11. Código do fundo: 59. AN.

<sup>28</sup>Carta de Theodoro Ferreira de Aguiar ao Visconde de Anadia. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

<sup>29</sup>SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1820): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p.75

<sup>30</sup>Hercules Octaviano Muzzi relata que trabalhou na vacinação de 1810 à 1811 vacinando essas pessoas. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

disseminação da vacina, gerou um crescente interesse na criação de um órgão específico para promover a vacinação na cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, em 1811, foi criada a Junta da Instituição Vaccinica da Corte, com o objetivo de ser um “estabelecimento permanente para que, com mais extensão e regularidade, se propagasse e se conservasse o serviço de vacinação na Corte”<sup>31</sup>. De acordo com Tania Fernandes, a criação dessa instituição sinalizou o início do processo de institucionalização da prática médica como ação estatal no Brasil<sup>32</sup>.

Com a sua criação, a Junta da Instituição Vaccinica da Corte passou a estar subordinada a dois órgãos governamentais: a Fisicatura-Mor e a Polícia da Corte. A Fisicatura-Mor era o único órgão responsável por uma parte do setor de saúde, incumbido da fiscalização tanto dos profissionais de práticas curativas quanto dos portos e boticas. Por sua vez, a Polícia da Corte, como já mencionado, tinha diversas responsabilidades, incluindo a manutenção da saúde pública na cidade.

A instituição foi composta por 4 membros: o diretor Theodoro Ferreira de Aguiar, e 3 vacinadores: Francisco Bonifacio da Fonseca Freitas; Hercules Octaviano Muzzi e Florencio Antonio Barreto. Ainda haveria um oficial da polícia para fazer registros dos procedimentos da vacinação. No entanto, de acordo com Hercules Octaviano Muzzi (1782-1841), futuro diretor da instituição, a Fisicatura-Mor e a Polícia da Corte não teriam desempenhado nenhuma função na promoção da vacina.<sup>33</sup>

De fato, nos documentos da Fisicatura-Mor pesquisados, apenas alguns cirurgiões foram mencionados em relação à vacina. Esses profissionais apresentaram certificados e atestados confirmando que realizaram a vacinação como parte de seus serviços, muitos deles até gratuitamente. Em contraste, Hercules Octaviano Muzzi parece ter se contradito quanto à atuação da Polícia da Corte. Em uma carta, ele afirmou que a polícia costumava enviar um segurança da cavalaria nos dias de vacinação para convocar os vacinados a retornarem no oitavo dia para a vacinação de reforço, conhecida como vacinação braço a braço. Além disso, a Junta

<sup>31</sup> *Livro de registro de tudo que pertence à Instituição da Vacina*. Códice 368. Polícia da Corte. Código do fundo: ØE. AN.

<sup>32</sup> FERNANDES, 2010, p. 44.

<sup>33</sup> Hercules Muzzi criticou a atuação de Theodoro Ferreira Aguiar por só aparecer na instituição para colher os números e publicá-los, não tendo atuado efetivamente na propagação da vacina. Ver: *Instituto Vaccínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

da Instituição Vaccinica da Corte enfrentava problemas operacionais, como a falta de correio, que era solucionada com a ajuda desse oficial da polícia. Esse serviço policial continuou até a saída de Paulo Fernandes Viana da chefia da polícia, ou seja, durante todo o período joanino<sup>34</sup>. Além disso, o intendente da polícia também emitiu ordens relacionadas à regulamentação e à promoção da vacinação na corte do Rio de Janeiro<sup>35</sup>.

Com a criação da instituição, a vacinação passou a ser realizada na Casa da Câmara. Foram emitidas ordens para que o juiz do crime do Bairro da Candelária mantivesse a Casa da Câmara aberta nos dias de vacinação, que ocorreriam aos domingos, segundas, quintas e sextas, com a vacinação sendo feita em dois dias consecutivos.

De acordo com Hercules Octaviano Muzzi, a escolha dos dias de vacinação — domingos e quintas-feiras — foi feita com base em conveniência para a população. Aos domingos, havia um maior número de pessoas nas freguesias e capelas, tornando mais fácil para elas comparecerem para a vacinação. Já às quintas-feiras, os pais e mães estavam geralmente livres do trabalho para "cultura e arranjo de suas causas", o que lhes permitia levar as crianças para se vacinarem. A vacinação em dias consecutivos era necessária porque a linfa estava em melhor estado para ser retirada no oitavo ou nono dia após a vacinação. Assim, se uma pessoa fosse vacinada no domingo, a linfa poderia ser extraída na segunda-feira seguinte, e da mesma forma, se vacinada na quinta-feira, a extração poderia ocorrer na sexta-feira<sup>36</sup>.

Além disso, um ofício do Intendente da Polícia, Paulo Fernandes Viana, determinou que, nas segundas e sextas-feiras, os mesmos cirurgiões responsáveis pela vacinação também prestariam "socorro de medicina" aos pobres que não podiam ir ao hospital, em cumprimento à vontade do rei. A intenção era que, além da vacinação, fosse oferecido um serviço regular de assistência médica às camadas mais pobres da cidade. No entanto, não há informações claras sobre se esse serviço foi realmente iniciado ou se teve continuidade por muito tempo. De acordo com cartas, registros e a historiografia existente, a vacinação era realizada apenas aos domingos

---

<sup>34</sup>*Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

<sup>35</sup>*Registro de ordens e ofícios expedidos da Polícia aos ministros criminais dos bairros e comarcas da corte e ministros eclesiásticos Polícia da Corte*. Códice 329, volume 01. Código do fundo: Ø E.

<sup>36</sup> Plano de vacinação para a capitania de Minas Gerais. *Instituto Vacínico (Rio de Janeiro)*. IS4 43. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

e quintas-feiras, e não parecia haver outro serviço de saúde além da vacinação”<sup>37</sup>.

Também em 1811, o Intendente enviou aos ministros criminais dos bairros do Rio de Janeiro exemplares com informações sobre a vacina para ampliar sua divulgação. Esses ministros eram responsáveis por distribuir os materiais, com o intuito de convencer os vacinados a retornarem nos dias estabelecidos, permitindo que a "matéria" fosse passada de braço a braço, preservando a linfa vacínica. O Intendente recomendava que aqueles com sintomas mais graves da vacina fossem os primeiros a comparecer para a retirada da linfa, servindo como exemplo para os demais. Além disso, qualquer pessoa que se recusasse a vacinar-se na presença dos ministros criminais deveria ser encaminhada ao Intendente da Polícia, que tomaria as "devidas providências"<sup>38</sup>.

É importante destacar uma característica específica da Junta da Instituição Vaccinica da Corte. Enquanto os institutos europeus responsáveis pela vacinação eram organizações sistemáticas com planos detalhados, pesquisas e metas amplas para a propagação da vacina, a Junta criada no Rio de Janeiro se limitou a formalizar e intensificar as atividades de vacinação já em andamento. Entre as mudanças introduzidas pela criação da Junta, destacam-se a mudança do local de vacinação, a determinação de que os funcionários envolvidos recebessem salários específicos para a função e a implementação de um sistema de contabilidade para registrar o número de vacinas administradas ao público.

Desta maneira, a instituição no Rio de Janeiro não tinha como fim as atividades de pesquisa sobre a vacinação, embora os cirurgiões responsáveis pelo serviço fizessem estudos sobre o tema. Esta característica da instituição foi justificada por seu diretor, Theodoro Ferreira de Aguiar, que ao emitir um parecer sobre o plano de criação de um instituto vacínico na capitania de São Paulo, em 1820, comentou que o plano proposto pelo médico Francisco de Melo Franco (1757-1823) seria demasiado complexo de maneira que em sua concepção as coisas deveriam ser simples e de fácil execução para poderem vingar.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup>*Idem. Ibidem.*

<sup>38</sup>*Registros de ordens e ofícios expedidos da Polícia aos ministros criminais dos bairros e comarcas da Corte e ministros eclesiásticos. Polícia da Corte. Códice: 329, Volume 03. Código do fundo: ØE.AN.*

<sup>39</sup>Documentos Interessantes. *Apud.* BERTOLI FILHO, Claudio. História da vacina e da vacinação em São Paulo: Séculos XVIII e XIX. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v.4, n.1, jan./jun.2008, p.85-111.

Dessa forma, a instituição criada no Rio de Janeiro adotou uma abordagem pragmática, focada na continuidade dos serviços de vacinação sem estabelecer grandes metas práticas. Apesar da aparente simplicidade da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, sua criação contribuiu significativamente para a maior visibilidade da vacina e para a adoção de medidas relacionadas à vacinação pelo governo. A instituição foi frequentemente usada como prova da eficácia da vacina e como símbolo de civilidade. Como destaca Maria Rachel Fróes da Fonseca, a vacinação antivariólica foi um dos poucos recursos do Império a demonstrar alguma eficiência, numa época marcada por precárias condições de higiene e saúde pública. Após a criação da instituição, o número de pessoas vacinadas aumentou consideravelmente, os dados sobre a vacinação passaram a ser emitidos e publicados regularmente na *Gazeta do Rio de Janeiro* e o serviço de vacinação não sofreu mais interrupções devido ao "sumiço da matéria"<sup>40</sup>.

Mesmo com a institucionalização e maior difusão da vacina na Corte Joanina, os serviços ainda não satisfaziam os médicos da instituição pela baixa adesão da população, em 1811, ano da criação da instituição, por exemplo, foram vacinadas apenas 1.659 pessoas, dos quais 349 brancos, 186 pardos, 4 índios e 1.120 pretos<sup>41</sup>. Em matéria publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1813, o já mencionado cirurgião da Junta, Hercules Octaviano Muzzi, relacionou os vários insucessos da vacina à "ignorância, frouxidão e preguiça com que os pais e chefes de família, se descuidam de fazer vacinar os filhos, com a desculpa de que era incerto o efeito da vacina"<sup>42</sup>.

Neste debate, Muzzi argumentou que os indivíduos vacinados que contraíam a varíola o faziam porque não retornavam no oitavo dia para verificar se a vacina tinha sido efetiva ou se era uma "vacina espúria". Segundo ele, a falta de acompanhamento resultava na ausência de proteção adequada contra a varíola, apesar de terem recebido a vacina. A afirmação de Muzzi pode ser considerada correta até certo ponto, pois havia um número significativo de pessoas que não retornavam para o acompanhamento necessário. Além disso, os dados mostram que as "vacinas espúrias" eram comuns durante o período joanino, como mostram os resultados da

---

<sup>40</sup>FONSECA, 2008, p. 38.

<sup>41</sup>AGUIAR, Theodoro Ferreira de. Rio de Janeiro. Mappa das pessoas, que se tem vacinado na Caza da Camara, desde o 1º de Julho de 1811 até 1819, e não se faz menção do grande numero, que particularmente tem se vacinado em suas cazas. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.59, 22 de julho de 1820, p.3.

<sup>42</sup>SILVA, Maria Beatriz Nizza.2007, p. 75.

vacinação da Junta da Instituição Vaccinica da Corte de 1811 a 1820, onde 2.475 vacinas foram consideradas falsas. Além disso, 11.613 pessoas não compareceram no oitavo dia para verificar a eficácia da vacina. Assim de um total de 19.844 pessoas vacinadas, pelo menos 14.088 não teriam garantia da validade da vacina. É importante ressaltar que a alta taxa de pessoas que não retornavam dificultava a manutenção do vírus vacinal, comprometendo a eficácia do programa de vacinação<sup>43</sup>.

Além dos dados empíricos, a falta de adesão à vacinação também se refletia nas discussões e debates sobre a eficácia da vacina Jenneriana, evidenciando que a prática médica ainda não era totalmente aceita pela sociedade. A eficácia da vacina era questionada e havia receios sobre a possível transmissão de doenças, como a sífilis. Para Muzzi, obras como a de Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro(1776-1849), *Reflexões e Observações sobre a Prática da Inoculação da Vaccina, e as suas funestas consequências feitas em Inglaterra* (1808), tiveram grande repercussão contra a vacina, tanto em Portugal quanto no Brasil. Carneiro argumentava que, além do risco de contrair varíola natural, as pessoas vacinadas poderiam também adquirir outras doenças provenientes das vacas. Muzzi, por outro lado, ressaltava que uma vez espalhado esse tipo de preconceito, seria extremamente difícil erradicá-lo.<sup>44</sup>

Para além das críticas sobre a vacina, no final de sua obra, Heliodoro Carneiro fez um comentário interessante sobre os resultados da prática da vacina na América, onde por ser utilizada principalmente em escravizados, estes não poderiam nem reclamar nem contestar contra a prática.<sup>45</sup> Se Heliodoro afirma que os escravizados não “tinham voz” para reclamar da prática da vacina, devemos realçar que foram inúmeras as formas de os escravizados resistirem a escravidão. De acordo com Sidney Chalhoub uma das causas que pode ter levado a população escravizada ser refratária à vacina, era pelo fato de ela ir de encontro com à prática de variolização que já era bastante difundida em diversas partes da África, além de interferir no

---

<sup>43</sup>De 1811 a 1819 os resultados estão no “Mappa das pessoas, que se tem vacinado na Caza da Camara, desde o 1º de Julho de 1811 até 1819,”na *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.59, 22 de julho de 1820, p.3. Quanto a 1820 estão no “Mappa das pessoas que se vaccinarão na Caza da Camara no anno de 1820”, publicado no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.32, 21 de abril de 1821, p.3.

<sup>44</sup>Parecer de Muzzi ao governo sobre a necessidade da revacinação que foi reproduzida na matéria intitulada: Revaccinação. *Revista Médica Fluminense*, Rio de Janeiro, n.2, maio de 1839, p.44-49.

<sup>45</sup> CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *Reflexões e Observações Sobre a Prática da Vaccina, e as suas Funestas Consequências Feitas em Inglaterra*. Londres: Impressão de Mr Cox, 1808, p.135-136.

culto do Orixá Omolu, divindade africana tida como responsável tanto por causar quanto por curar a varíola<sup>46</sup>. Assim, podemos conjecturar que o número grande de faltosos, mais do que simplesmente uma negligência dos senhores, pode ter sido uma prática feita pelos próprios escravizados, de maneira a boicotar o método.

Além disso, a resistência à vacinação entre a população rural pode ser atribuída ao temor de que a vacinação afetasse suas atividades agrícolas, especialmente durante períodos críticos de plantio e colheita. Posteriormente, também foi demonstrado que a imunidade conferida pela vacina durava aproximadamente 10 anos, após os quais era necessário um reforço para manter a proteção. Portanto, é possível que muitas pessoas vacinadas no Rio de Janeiro entre 1805 e 1807 tenham contraído a varíola uma década depois, levando-as a duvidar da eficácia da vacina ou a depreciá-la<sup>47</sup>.

Sobre o desempenho da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, é possível observar que os números de vacinação aumentaram ao longo do período joanino (1811-1820). Durante esse tempo, o governo vacinou gratuitamente: 4.791 brancos, 2.414 pardos, 37 índios e 12.705 negros. Entre os vacinados, 12.481 eram homens e 7.466 eram mulheres<sup>48</sup>.

Esses números revelam que o trabalho da instituição vacínica naquele período focava significativamente na população escravizada. Esse direcionamento também ajuda a entender a discrepância entre o número de homens e mulheres vacinados, já que a maioria dos escravos no país era do sexo masculino. Ao considerarmos a relação entre a instituição e a escravidão, é relevante destacar que a vacinação contribuiu para aumentar o valor dos escravizados, pois oferecia proteção contra a varíola. Além disso, é possível conjecturar que os serviços da Junta foram indiretamente financiados pelo tráfico negreiro, pois o governo custeava esses serviços, financiados em parte pelos impostos sobre a compra e venda de escravizados, bem como por

<sup>46</sup> Segundo Sidney Chalhoub, para os daomeanos, iroubanos e bakongo uma epidemia de varíola era um castigo que funcionava como purificação dos males de uma comunidade, de modo que a tentativa de parar o caminho natural das bexigas poderia causar ainda mais devastação e morte. CHALHOUB, 1996, p.145.

<sup>47</sup> Sobre a temática da revacinação Chalhoub aponta que estava em jogo desde os argumentos que ela não era necessária, pois os vacinados que adquiriram varíola, teriam recebido a vacina por pessoas que não tinham sido formadas em medicina fora isto o povo era contrário a vacinação de modo que a revacinação poderia reforçar opositores do método colocando em xeque a efetividade da vacina. CHALHOUB, 1996, p.118-119.

<sup>48</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.59, 22 de julho de 1820, p.3 e *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.32, 21 de abril de 1821, p.3.

taxas relacionadas à emissão de passaportes e outras questões associadas à escravidão.

Mesmo que a vacinação fosse aplicada em sua maioria em escravizados, a lógica que explica o financiamento estatal da vacinação ainda seria o de que quanto mais o estado fosse populoso mais lucro o país teria em diversos setores da economia e na própria defesa do território. Assim Carlos Subtil explica que, em Portugal, a introdução da vacina ocorreu durante o Antigo Regime, quando a saúde pública tinha como um de seus princípios que a população seria um recurso valioso para a construção de uma nação próspera e avançada. Nesse sentido, as práticas de saúde começaram a focar em preservar, tratar e prevenir doenças, visando o aumento da longevidade e o crescimento populacional<sup>49</sup>.

Embora a Junta da Instituição Vaccinica da Corte tenha sido criada com base em modelos europeus, ela apresentava uma particularidade: atuava principalmente sobre a população escravizada. Esse foco gerou reclamações e reações das autoridades em anos posteriores ao período analisado, mas é razoável supor que questões semelhantes também tenham surgido nos primeiros anos de atividade dos serviços de vacinação.

Em 1821, quando D. João retornou a Portugal, a direção da Junta da Instituição Vaccinica da Corte foi assumida pelo cirurgião português Joaquim da Rocha Mazarem (1775-1849). Nos primeiros cinco meses de atividade, Mazarem relatou que apenas 140 pessoas haviam sido vacinadas (17 brancos, 22 de cor e 95 pretos). Dentre esses vacinados, 90 não compareceram no oitavo dia para verificar a eficácia da vacina e para o repasse do pus. Mazarem observou que essa alta taxa de faltosos era uma constante nos serviços da instituição, o que comprometia a continuidade da vacinação e revelava uma falta de zelo e de solidariedade do público em relação à vacina<sup>50</sup>. Buscando dar solução a estas questões, Mazarem sugeriu 4 alternativas:

- 1-Dar um lugar mais decente a esta instituição, pois que se acha estabelecida no patim ou salleta da casa da Camara.
- 2-Como vão vacinar um grande número de pretos boçais, e muitas vezes conduzidos por hum, que não inteção pouco dista deles, não sabe dizer o nome do senhor a que

<sup>49</sup> SUBTIL, Carlos Louzada. *Bernadino Antonio Gomes: ilustre médico iluminista nascido em Paredes de Coura*. [s.l.]: Câmara Municipal de Pardes de Coura, 2017.

<sup>50</sup> Reflexões. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.10, 12 de julho de 1821, p.75.

pertencem, nem a moradia, resultando disto o inconveniente de se não poderem procurar quando deixam de comparecer no tempo determinado, parece-me que deverião ser obrigados, tais individuos, a remeter um papel em que declarassem, os seus nomes, o da rua em que morão, e o número da porta.

3-Acontece também por enviarem pretos para se vacinarem ainda por batizar, e por consequência sem nome, o que causa embaraço para legalizar os assentamentos.

4-Que se publique nas gazetas os nomes daqueles, que deixam de comparecer, assim como a sua morada, huma vez que tenham hido, ou mandado vacinar.<sup>51</sup>

Ainda em 1821, Joaquim da Rocha Mazarem publicou recomendações em periódicos, como o *Diário do Rio de Janeiro*, que apoiavam suas propostas descritas no mapa mencionado. Entre essas recomendações, ele estabeleceu que pessoas que enviassem escravizados recém-chegados para vacinação e cujos condutores não pudessem explicar os requisitos da Junta da Instituição Vaccinica deveriam apresentar um documento contendo o nome do chefe da família, o nome da rua e o número da casa em que residiam; caso contrário, a vacinação não seria realizada. Além disso, Mazarem destacou que, se os vacinados não pudessem comparecer ao local de vacinação devido a “algum problema de saúde ou sintomas febris que surgissem durante o processo de vacinação”, o chefe da família deveria informar qualquer um dos professores da instituição vacínica. Esses professores iriam observá-los e registrar as informações necessárias<sup>52</sup>.

Neste aviso, Mazarem informou ainda que indivíduos com sarnas não seriam vacinados pela Junta, pois a vacinação nesses casos seria irregular. Além disso, de maneira mais punitiva, o médico estipulou que todas as pessoas que enviassem ou conduzissem indivíduos à casa de vacinação teriam a obrigação de retornar à instituição após oito dias. Aqueles que negligenciassem essa obrigação poderiam ter seus nomes e endereços publicados nas Gazetas como “transgressores de um tão útil estabelecimento público”.<sup>53</sup>

Em 1828, devido ao elevado número de faltosos, os cirurgiões da Junta da Instituição Vaccinica da Corte apresentaram uma representação ao Intendente Geral da Polícia, José Clemente Pereira, para expressar sua preocupação com o número de pessoas que não retornavam no oitavo dia para completar os procedimentos de vacinação. Em resposta a essa

<sup>51</sup>Reflexões. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.10, 12 de julho de 1821, p.75.

<sup>52</sup>[Redator]. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.4, 5 de julho de 1821, p.28.

<sup>53</sup>*Idem. Ibidem.*

queixa, o intendente emitiu uma Ordem com quatro artigos. No segundo artigo, destacava-se que os senhores que enviavam seus escravos para vacinação deveriam assegurar que eles estivessem limpos, uma vez que, conforme observado pelos membros da instituição, a vacina tinha dificuldade em pegar em negros "apresentados cobertos de imundície"<sup>54</sup>.

Mesmo com os problemas enfrentados pela instituição em 1830, dando um balanço do serviço de vacinação prestados no Rio de Janeiro, Hercules Octaviano Muzzi narrou bastante satisfeito que:

[...] as vantagens deste salutar benefício são conhecidas pelos habitantes desta capital, onde o terrível flagelo de bexigas anualmente fazia a preza da morte a milhares de crianças, e adultos desgraçadamente ainda aparece à bexiga. Não se pode duvidar que a vacina nesta corte vai progredindo; huma simples observação convencerá a todos, quão vantajoso têm sido entre nós esta prática; quem conheceu o Rio de Janeiro a 29 anos atrás antes da introdução deste preservativo se recordará de milhares de crianças mortas de bexigas<sup>55</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, discutimos como a institucionalização da vacina antivariólica no Brasil foi um processo complexo e gradativo. Nesse contexto, a vacina antivariólica não seria apenas uma prática médica que evitaria a bexiga, mas também era cercada de valores que denotavam civilidade e modernização, questões prementes na sociedade joanina, que seguia os modelos de outros países europeus, que já haviam adotado o uso da vacina e criado instituições próprias para propagação desta prática.

Assim, de forma gratuita e em alguma medida eficaz, a capital imperial foi um dos primeiros locais no Brasil onde a vacina se institucionalizou. Além disso, ao longo do período analisado, a Junta da Instituição Vaccinica da Corte conseguiu aumentar gradativamente o número de vacinados, consolidando e ampliando sua atuação. O maior entrave ao trabalho da instituição era o grande número de pessoas que não retornavam no oitavo dia, para conferir e dar continuidade a vacinação, esse problema conseguiu ser resolvido somente no decorrer da

<sup>54</sup>Edital. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.6, 7 de março de 1828, p.21.

<sup>55</sup> Carta de Hercules Octaviano Muzzi em 1837. Instituto Vacínico (Rio de Janeiro). IS4 42. Série Saúde. Código do Fundo: BF. AN.

década de 1820.

A população escravizada foi a que mais recebeu a vacina pela instituição, inclusive a vacina entrou na dinâmica da escravidão, aumentando o preço das pessoas que eram vendidas. Assim a Junta da Instituição Vaccinica da Corte do Rio de Janeiro, diferente de seus congêneres europeus teve a peculiaridade de ter sido feita sob um caráter pragmático e atuar principalmente sobre a população escravizada do país.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Beatriz de Sá. “Doenças E Trabalho: Um Olhar sobre a construção da especialidade da Medicina do trabalho”. In \_\_\_\_\_. NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (Org.). *Uma História Brasileira das Doenças*. vol. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. pp.179-276.

BARBOSA, Plácido; REZENDE, Cassio Barbosa. Os Serviços de Saúde Pública no Brasil especialmente na cidade do Rio de Janeiro de 1808 a 1907 (esboço histórico e legislação). In FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Brasiliensia Documenta. VI Oswaldo Cruz Monumenta Histórica, tomo IV (I)*. São Paulo, 1978.

BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, Campinas, v. 1, n.1, 2006, pp.1-20.

BERTOLI FILHO, Claudio. História da vacina e da vacinação em São Paulo: Séculos XVIII e XIX. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v.4, n.1, jan./jun.2008, pp.85-111.

CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *Reflexões e Observações Sobre a Prática da Vacina, e as suas Funestas Consequências Feitas em Inglaterra*. Londres: Impressão de Mr Cox, 1808.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila da Silva. ‘Aspectos da ilustração brasileira’. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 278, 1968, pp.105-69.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

FERNANDES, Tania Maria. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920*. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2010.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In PORTO, Ângela; SANGULARD, Gisele; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; COSTA, Renato Gama-Rosa (Org.). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. pp.31-57.

GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. *Uma Contribuição à História do Combate a Varíola no Brasil: Do Controle à Erradicação*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império Luso-brasileiro”. In JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. pp.707-752.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LINHARES, Maria Yeda (Org.). *História do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

MARK, Catherine; RIGAU-PÉREZ, José G. The World's First Immunization Campaign: The Spanish Smallpox Vaccine Expedition, 1803–1813. *Bulletin of the History of Medicine*, v.83, n. 1, Spring 2009, pp.63-94.

MARTINS, Roberto de Andrade. *Contágio. História da Prevenção das Doenças Transmissíveis*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

MOULIN, A. M. A hipótese vacinal: por uma abordagem crítica e antropológica de um fenômeno histórico. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, supl.2, 2003, pp.499-517.

MONTEIRO, Denise Brito. *A epidemia de varíola e a vacinação obrigatória-Repercussões na sociedade recifense no incício do século XX*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Mau de; MARQUES, Rita de Cássia. *Uma História Brasileira das Doenças*. v.2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

NUNES, Everardo Duarte. Sobre a História da Saúde Pública: idéias e autores. *Ciência e saúde coletiva*, v.5, n.2, 2000, pp.251-264.

PEREIRA, Sóstenes. *Uma visão histórica e biológica das epidemias*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda., 2007.

PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: Doenças, instituições e práticas terapêuticas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n.4, 2006, pp. 1019-1027.

PORTUGAL, Fillipe dos Santos. *A Institucionalização da Vacina Antivariólica no Império Luso-Brasileiro nas primeiras décadas do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde)-Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

ROSENBERG, Charles E.; GOLDEN, Janet (Eds). *Framing disease. Studies in cultural history*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1977.

SÁ, Magali Romero. A "peste branca" nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v.11, n.4, suppl.0, dez. 2008, pp.819-824.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis - Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

SCLIAR, Moacyr (Org.). *A saúde Pública no Rio de Dom João. Textos Manoel Vieira da Silva e Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2008.

SCLIAR, Moacyr. História do Conceito de Saúde. *Physys: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.17, n.1, 2007, pp. 29-41.

SCHATZMAYR, Hermann G. A varíola, uma antiga inimiga. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.17, n. 6, nov./dec. 2001, pp.1525-1530.

SILVA, Manoel Vieira da; PEIXOTO, Domingos Ribeiro do Guimarães (orgs). *A saúde Pública no Rio de Dom João*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1820): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; MARQUES, Rita de Cássia. Sobre a varíola e as práticas da vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, 2011, pp. 387-396.

SUBTIL, Carlos Louzada. *Bernadino Antonio Gomes: ilustre médico iluminista nascido em Paredes de Coura*. [s.l.]: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2017.

TEIXEIRA, Luiz Antônio; ALMEIDA, Marta de. Os primórdios da vacina antivariólica em São Paulo: uma história pouco conhecida. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.10, supl.2, 2003, pp.475-498.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial 1500 a 1808*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000.

Recebido em: 25/08/2024 - Aprovado em: 28/10/2024